



## A DIMENSÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO E NA INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS: UM DEBATE EM ABERTO

*Denise Bonifácio<sup>1</sup>*

*Kajali Lima Vitório<sup>2</sup>*

*Suelma Ines Alves de Deus<sup>3</sup>*

*Kajali Lima Vitório<sup>4</sup>*

**Resumo:** O artigo apresenta reflexões realizadas pelo Grupo de Estudo das Relações Étnico-raciais e o Serviço Social (GERESS) em 2014, referente a lacuna existente na formação profissional sobre a temática racial. São destacados o histórico e os objetivos do GERESS enquanto espaço de luta e resistência. Aborda a dimensão étnico-racial e a intervenção profissional e atualiza os desafios postos pela profissão na luta de combate ao racismo.

**Palavras-chave:** serviço social; formação profissional; intervenção; racismo; movimento negro.

### THE ETHNIC-RACIAL DIMENSION IN THE TRAINING AND INTERVENTION OF SOCIAL ASSISTANTS: AN OPEN DEBATE

**Abstract:** The article presents reflections made by the Ethnic-Racial Relations Study Group and the Social Service (GERESS) in 2014 regarding the gap in professional training on race. The history and objectives of GERESS as a space of struggle and resistance are highlighted. It addresses the ethno-racial dimension and professional intervention and updates the challenge posed by the profession in the fight against racism.

**Keywords:** social work; vocational training; intervention; racism; black movement.

### LA DIMENSION ETHNIQUE RACIALE DANS LA FORMATION E DANS L'INTERVENTION DES ASSISTENTS SOCIAUX: UN DÉBAT OUVERT

**Résumé:** L'article présente des réflexions réalisées par le Groupe d'Étude sur les Relations Ethniques raciales et le Service Social (GERESS), en 2014, concernant l'écart dans la formation professionnelle sur les questions raciales. L'histoire et les objectifs de la direction sont mis en évidence comme un espace de lutte et résistance. Il traite de la dimension ethnique raciale et de l'intervention professionnelle et met à jour les défis posés par la profession dans la lutte contre le racisme.

<sup>1</sup> Assistente Social, formada pela PUC/SP, trabalha na prefeitura municipal de Sao Paulo, Atualmente com população em situação de rua.

<sup>2</sup> Assistente Social Mestranda em Serviço Social pela UNIFESP, kajali.kj@gmail.com

<sup>3</sup> Assistente Social, Mestre em Gerontologia Social, docente na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, FAPSS-SCS; suelmadeus@hotmail.com

<sup>4</sup> Assistente Social Mestranda em Serviço Social pela UNIFESP, kajali.kj@gmail.com



**Mots-clés:** service social; formation professionnelle; intervention; racisme; mouvement noir.

## **LA DIMENSIÓN ÉTNICO-RACIAL EN LA FORMACIÓN Y LA INTERVENCIÓN DE LOS ASISTENTES SOCIALES: UN DEBATE EN ABIERTO**

**Resumen:** El artículo presenta reflexiones realizadas por el Grupo de Estudios de las Relaciones Étnico-raciales y el Servicio Social (GERESS), en 2014, referente al vacío existente en la formación profesional sobre la temática racial. Son destacados el histórico y los objetivos del GERESS mientras espacio de lucha y resistencia. Aborda la dimensión étnico-racial y la intervención profesional y actualiza los desafíos propuestos por la profesión en la lucha del combate al racismo.

**Palabras-clave:** servicio social; formación profesional; intervención; racismo; movimiento negro.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo apresenta estudo elaborado em 2014 pelo Grupo de Estudo das Relações Étnico-raciais e o Serviço Social – GERESS - sobre a temática racial e a formação profissional. Naquele momento, o GERESS, em suas atividades, era procurado majoritariamente por estudantes de serviço social que buscavam acolhidas para suas demandas relacionadas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com temáticas raciais; referencial teórico sobre questão racial; um espaço onde se pudesse falar abertamente sobre as contradições e desigualdades sociais postas na sociedade com recorte racial tão evidente, mas não discutidas no âmbito acadêmico; fortalecimento para enfrentar o racismo institucional no espaço acadêmico e nos espaços sócio-ocupacionais, bem como outras questões relacionadas às experiências vividas pelas/os estudantes no cotidiano, entre elas, por exemplo, a questão de gênero, uma vez que a maioria dos estudantes que procuravam o grupo era do sexo feminino.

O GERESS, como parte do movimento negro, buscou criar um espaço de luta e resistência para estudantes e profissionais do Serviço Social dialogarem, refletirem, traçarem caminhos para quebrar a resistência existente no interior da categoria profissional em assumir que vivemos em uma sociedade racista que necessita ampliar o debate da questão social incluindo o racismo como elemento estruturante na construção social da sociedade brasileira.

Passados três anos da elaboração do artigo, podem-se verificar pequenos avanços no trato da temática racial pela categoria profissional. Observa-se que a inserção desta temática na formação, seja na graduação, nas especializações como na pós-graduação, de acordo com o retratado no artigo de 2014, ainda está localizada nas disciplinas de

Seminários Temáticos e nas Oficinas. Entretanto, a discussão em disciplinas como Movimentos Sociais e em Políticas Sociais também se tem feito presente. Ressaltamos que são informações pontuais e informais que merecem um levantamento mais rigoroso, o que demonstra o quanto ainda se faz necessário continuar com os debates e reflexões.

Em relação à produção acadêmica, podemos afirmar que os periódicos específicos do Serviço Social muito contribuem para a formação profissional, bem como para a disseminação de ideias e do olhar crítico da profissão para a realidade na qual está inserida. Entretanto, artigos referentes à questão racial ainda são escassos. Como exemplo, citamos a Revista Serviço Social e Sociedade - a mais tradicional - que entre os seus cento e dois números publicados (até junho de 2010), teve apenas três artigos envolvendo temáticas étnico-raciais: em sua edição de número 79 (2004), “As abordagens étnico-raciais no Serviço Social”, de Matilde Ribeiro (Ribeiro, 2004), ressaltando a militância de assistentes sociais nos movimentos negros emergentes nos anos de 1980; na de número 81(2005), “A questão racial na Assistência Social: um debate emergente” de Sarita Amaro (Amaro, 2005), sobre políticas de ação afirmativa e na de número 99 (2009) “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”, de Roseli da Fonseca Rocha (Rocha, 1999). Atualmente, a revista está no nº 130 e, num um breve levantamento, foram encontrados apenas mais dois artigos: na de nº 114(2013) “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”, de Márcio Campos Eurico e na de nº 127 (2016) “Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional” de Grazielle Scheffer”.

Como outros periódicos importantes editados pelos órgãos que representam a categoria profissional, podemos citar a Revista Inscrita (CFESS), cuja edição nº 1 foi em novembro (1997) e a última edição, de acordo com o Portal do CFESS, nº 14 (2013). Entre as 14 edições, foram encontrados três artigos sobre a temática racial. A Revista Temporalis (ABEPSS) na edição nº 27 (2014) – artigo e documento, na de nº 28(2014) dois artigos e um ensaio, na de nº 29 (2015) e 30(2015) um artigo cada e a Revista Emancipa (CRESS/SP), que está no seu segundo número, não apresentou nenhum artigo. O CFESS lançou, em 2016, a série “Assistente Social no combate ao preconceito”, cujo caderno nº 3 (2016) traz o tema “Racismo“, texto elaborado por Roseli Rocha, material importante que precisa ser apropriado tanto pelas estudante como pelas profissionais.

Importante pesquisa para o mestrado realizada por Camila M. Ferreira intitulada “O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947), relata a importância de Sebastião Rodrigues Alves, assistente social e membro do Teatro Experimental do Negro que, junto com Abdias Nascimento, naquela época lutaram contra a discriminação racial. Rodrigues Alves, em 1966, teve como tema do seu TCC “A ecologia do grupo afro-brasileiro”, demonstrou preocupação com a discriminação racial. Se preocupava também com a dimensão da intervenção profissional, por isso em um determinado momento propôs que na formação: “fosse criada uma cadeira nos cursos de assistentes sociais, com os conhecimentos de bioantroposociologia para completa elucidação do problema negro-brasileiro” (Alves, 1966, p. 104) in Ferreira (2010).

Observa-se hoje que um dos principais sinais do avanço foi a discussão e o resultado do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília, no período de 7 a 10 de setembro de 2017, cujo tema foi: “*Vamos, levante e lute, senão a gente perde o que já conquistou*”. Segundo o Relatório Final do evento, o encontro foi dividido em discussões com sete eixos temáticos. Um eixo foi sobre ética e direitos humanos. Nesse eixo:

“decidiu-se por desenvolver ações junto à categoria no combate à LGBT fobia (lesbofobia, transfobia, homofobia e bifobia), em articulação com as demandas do exercício profissional dos/as assistentes sociais nos diversos espaços de trabalho; e combater as expressões do racismo institucional e religioso, considerando as violências e violações de direitos que acometem a juventude negra, mulheres negras, populações quilombolas, indígenas, ciganas e comunidades periféricas que perpassam os espaços sócioocupacionais. E, não por menos, a Campanha de Gestão 2017-2020 terá a temática Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Um longo caminho de discussões, tensões e debates internos ocorreram para se chegar ao resultado apresentado. Um outro longo caminho há que se percorrer para que, de fato, a discussão alcance as/os profissionais que estão espalhadas pelos diversos cantos do país, no exercício profissional diretamente ligado à população da classe trabalhadora, negra e explorada pelo sistema capitalista.

Em encontro realizado pelo Núcleo Descentralizado Leste do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-São Paulo – NUCRESS, no último dia 10 de novembro, cujo tema foi “Serviço Social no Combate ao Racismo”, as falas das participantes,

tanto estudantes como profissionais, ratificou a necessidade de se trazer a temática racial para o interior da formação. Outra observação foi referente ao não acolhimento da demanda da discussão racial, nos cursos de pós graduação, como já mencionado anteriormente.

### **O GRUPO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O SERVIÇO SOCIAL - GERESS**

O GERESS foi criado em 2009, na cidade de São Paulo por assistentes sociais<sup>55</sup> que informalmente passaram a se reunir com a finalidade de discutir a interface do serviço social e as questões étnico-raciais.

Os objetivos do grupo expressos em Carta apresentada no I Colóquio Nacional das Questões Étnico-raciais e o Serviço Social, realizado nos dias 24 e 25 de julho de 2010, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) são:

- Aprofundar as discussões sobre as questões étnico-raciais com a interface do serviço social, tanto junto aos profissionais, como para estudantes e, também, com a população usuária das políticas sociais setoriais;
- Produzir material acadêmico acerca da temática;
- Contribuir para a formação profissional, inicial e continuada, da categoria de assistentes sociais;
- Articular ações com os órgãos representativos da categoria: CFESS/CRESS-SP; ABEPSS, ENESSO e outros;
- Reunir pesquisadores (as) da área de Serviço Social, com interesse nas questões étnico-raciais;
- Colaborar para a construção de políticas públicas setoriais com o recorte racial;
- Estabelecer parcerias com universidades e demais instituições que tenham interesse na temática. (Geress, 2010).

As primeiras reuniões aconteceram na sede da Soweto Organização Negra, entidade do movimento negro. Naquele momento o grupo expressou quais eram suas interrogações e lacunas na interface serviço social X questões étnico-raciais. No campo teórico foi unânime entre as presentes - formadas em diferentes instituições de ensino, dentre elas uma de universidade pública - a ausência de referências à temática étnico-racial durante seus respectivos processos de formação.

---

<sup>55</sup> As assistentes sociais que participaram da formação do GERESS foram: Alinne Mayra Costa, Augusta Nunes dos Santos, Bernadeth Martins, Denise Bonifácio, Eliana Aparecida Francisco, Kajali Lima Vitório, Naiza Santos, Natalina Almeida de Jesus, Raquel Suzan, Samanta de Oliveira, Suelma Inês Alves de Deus.



Para o alcance dos objetivos do GERESS foi desenvolvida a metodologia de trabalho alicerçada em encontros temáticos e diálogos partilhados com a participação de uma pessoa que tivesse vivência do tema em pauta, seja a partir da formação acadêmica, participação em movimentos sociais, notadamente do movimento negro ou experiência profissional na elaboração, execução ou avaliação das políticas sociais para a promoção da igualdade racial, independente da área de formação.

Uma das características marcantes nesses encontros foi a participação majoritária de estudantes de serviço social oriundos das diversas universidades privadas de cursos presenciais. Vale destacar que na cidade de São Paulo, infelizmente, não há curso de serviço social mantido por universidades públicas.

A partir da constatação da presença majoritária de estudantes com objetivos diversos, tais como: levantar bibliografia para elaboração de TCC; se aproximar das discussões e reflexões sobre racismo e discriminação racial, surgiu, no GERESS, a determinação de investigar como se dá, na formação, a abordagem das questões étnico-raciais que dizem respeito ao racismo e às práticas racistas e, também, como são percebidos e abordados na prática profissional, uma vez que as/os alunas/os são também estagiários e vivenciam essa realidade em seus locais de estágio.

Em estudo realizado na década de 80, em obra de (Pinto, 2003, p.52) sobre a formação profissional e as questões étnico-raciais, a autora diz:

Os profissionais de serviço social, influenciados pelas ideologias europeias e norte-americanas e pela doutrina social da Igreja, não viam o negro de forma diferente, senão como um ser inferior. Assim a Igreja e o Serviço Social permaneceram até 1960, sem um compromisso explícito com a classe oprimida”.

Por outro lado, ao analisar o desenvolvimento da profissão, observa-se o serviço social acompanhar o movimento da sociedade brasileira. Sociedade que, segundo Yasbek é produto de relações sociais e de ações recíprocas dos homens entre si no complexo processo de reprodução social da vida. (Yasbek, 2006, p.197).

Para acompanhar esse movimento a profissão, ao longo do tempo, também passa por questionamentos e inquietações do ponto de vista teórico, metodológico, social e político. O Movimento de Reconceituação, iniciado na década de 60, representa a



necessidade que as/os profissionais sentiam: dar uma nova dinâmica a profissão, bem como atender as demandas que surgiam no interior da sociedade. Assim, algumas tendências teóricas e metodológicas passam a fazer parte da formação profissional dando novos rumos à profissão.

As correntes teóricas que fizeram parte da formação do assistente social contribuíram para imprimir marcas na intervenção profissional, seja na adaptação e integração do homem ao meio social, com eficiência e eficácia e muita técnica (positivismo e funcionalismo), seja para conhecer a singularidade do homem, suas vivências e experiências (fenomenologia) ou para aproximar o profissional e classe trabalhadora, fazendo uma leitura crítica da realidade a partir das contradições sociais (marxismo).

No movimento da sociedade brasileira, no mesmo período, encontramos o movimento negro lutando por políticas públicas. (Ribeiro, 2012, p.22) aponta que:

“As pressões do movimento abolicionista e, depois, do movimento negro, reforçam as demandas sobre a necessidade de inclusão desse segmento por meio de políticas com recorte racial. Uma perspectiva importante nesse sentido foi apresentada, em 1955, por Roger Bastide e Florestan Fernandes: de modo que o crime que mais amargamente se queixam os pretos é o que se poderia chamar de “pecado de omissão”, a falta de uma política governamental a favor da ascensão do homem de cor na sociedade, por um auxílio econômico e medidas educativas apropriadas, quando há leis a favor dos imigrantes.”

Além das lacunas observadas na dimensão teórica durante o processo de formação, a dimensão da prática profissional também é percebida como outro espaço onde a invisibilidade do racismo se faz presente. (Pinto (2003, p. 57) menciona:

“Durante minha prática de estágio, entre 1982 e 1985, percebi, como já mencionei, que a maioria dos usuários que acorriam às instituições assistenciais era negros e favelados. Observei também que o assistente social trabalhava com a população negra sem, contudo, ter conhecimento de sua história, de sua cultura e dos seus problemas, desencadeados pelo racismo camuflado, conseqüente da falsa democracia racial. Ideologia essa que a classe dominante faz questão de manter, pois potencializa a alienação da população negra, bloqueando a sua conscientização, participação e organização.”

A discussão sobre a temática racial no serviço social adentrou o século XXI timidamente. As novas diretrizes curriculares trouxeram para a grade a possibilidade da



inclusão da temática. Algumas unidades de ensino utilizam as “Oficinas Temáticas” ou “Seminários Temáticos” como espaço para se trabalhar os temas transversais como gênero, raça/etnia e sexualidade.

A partir do contato mencionado com as/os alunas/os nas reuniões do GERESS, observou-se que o campo de estágio também merecia uma investigação visto que “No processo de estágio, é necessário que, primeiro, a/o aluna/o conheça a instituição onde vai trabalhar, a realidade com a qual vai lidar, o usuário, a forma como se dá o funcionamento do lócus de trabalho” (Lewgoy, 2010, p. 163), e também por ser nas instituições que práticas racistas e discriminatórias se manifestam. Porém é preciso percebê-las, apreendê-las, desvendá-las uma vez que o racismo no Brasil é praticado de forma dissimulada, camuflada, principalmente aquele denominado racismo institucional. O movimento negro define o racismo praticado nas e pelas instituições como racismo institucional. O conceito racismo institucional refere-se a uma prática organizacional e pode ser definido como o fracasso coletivo das organizações e das instituições em promover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. (Jaccoud, 2009, p.157). Ainda de acordo com Jaccoud, esse tipo de racismo pode acontecer ou se manifestar, de acordo com normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho das instituições.

### **A INSERÇÃO “OFICIAL” DA QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Formalmente, desde a promulgação do Código de Ética de 1993, a categoria profissional de assistentes sociais reconhece a questão racial como elemento estruturante da sociedade brasileira e coloca-se a favor das lutas para dissolução das desigualdades raciais, como expresso nas diretrizes fundamentais, a opção por um projeto profissional sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Em 2003, o conjunto CFESS/CRESS lança o Movimento “Serviço Social, mudando o rumo da história - Campanha de Combate ao Racismo” em parceria com a ONG Fala Preta!



No bojo do lançamento desta campanha está um dos marcos da questão racial na sociedade brasileira com a instituição da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) – governo federal - que funciona como “articulador da ação governamental com vistas a dotar o governo, em suas diferentes instâncias, de instrumentos efetivos e ações sincronizadas de promoção da igualdade racial.” (Ribeiro, 2004, p. 160).

Verificar como se dá a inserção da questão racial na formação profissional é preocupação central para o GERESS, pois “embora a discriminação racial seja histórica no Brasil e o Serviço Social a considere um fenômeno a ser combatido, essa discussão não tem tido muita relevância junto à categoria profissional, bem como no processo de formação” (ROCHA, 2009, p. 42). Entretanto, “a apropriação da categoria raça/etnia pelos (as) profissionais de Serviço Social contribuirá como importante ferramenta para a apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações”. (Rocha, 2009, p. 41).

Ao se analisar os três núcleos de fundamentação da profissão: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, nota-se que cabe estudar a temática racial em todos eles, uma vez que a temática racial é transversal ao conteúdo dos mesmos.

Garantir a discussão de forma transversal dentro da nova lógica curricular aprovada pelo MEC em 2001 - que infelizmente passaram por forte descaracterização e deste modo o conteúdo da formação passou a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino desde que preservados os núcleos estruturantes assinalados anteriormente (Lima, 2014, p.56) e que já constavam nas diretrizes curriculares da ABEPSS em 1996 - é uma forma de garantir que a discussão e o olhar crítico para a realidade e para a complexidade das relações sociais e as formas de opressão discriminação, racismo, sexismo sejam, também, uma possibilidade de se contrapor a lógica mercantil, tecnicista.

Diante desta realidade, os órgãos representativos da categoria profissional têm se organizado para que a discussão de gênero e raça/etnia tenha maior impacto na formação profissional. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social



(ABEPSS) apresenta um Grupo Temático de Pesquisa (GTP) com o tema “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, que apresenta como ementário: Estado e Raça; Formação Social e Divisão Racial do Trabalho no Capitalismo; Raça e Etnia como Construção Social; Pensamento Social e Raça/Etnia; Desigualdades Étnico raciais, de Gênero, Geração e Classe; Indicadores Sociodemográficos e Desigualdade Racial; Movimentos Sociais e Antirracismo; Serviço Social e Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial; Formação Profissional e Desigualdades Étnico raciais: Avanços e Desafios para o Projeto Ético-político do Serviço Social; Exercício Profissional, Preconceito e Discriminação Racial.

É importante salientar que nos documentos de proposta dos GTP’s, as participantes já indicam que foi:

“tumultuado processo de construção do GTP’s no ENPESS em função da pluralidade de expressões de desigualdades que ele condensa. Inclusive foi proposto por este motivo, e acolhido pela ABEPSS, a existência de um número maior de representantes neste GTP (4 representantes além do indicado pela ABEPSS)”. (ABEPSS, 2011).

Outra contribuição importante é oferecida pelo CFESS, que vem publicando, sempre no mês de novembro, no boletim CFESS Manifesta, as posições da categoria em torno da questão racial. Uma conquista importante foi consolidada no 39º Encontro Nacional CFESS-CRESS, que deliberou que os/as assistentes sociais devem: “manifestar posição favorável às políticas de ações afirmativas e dar ampla divulgação, intensificando os debates nos estados em articulação com os movimentos sociais e outras profissões, em consonância com o projeto ético-político do serviço social” (CFESS, 2010).

No ano de 2011, mais uma vez, o CFESS posiciona-se e coloca um desafio para a categoria profissional:

“A realidade apresentada pela população negra informa que as políticas públicas no Brasil, ainda estão longe de garantir a equidade entre os diferentes grupos raciais e de gênero. Este quadro se apresenta como um desafio para o CFESS e demais entidades da categoria, reforçando a importância de ações de combate ao racismo, sexismo e homofobia nestas arenas de luta, fundamentadas pelos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social.” (CFESS, 2011) ”.

Vale destacar, também, a Campanha lançada em novembro de 2012: “Com Racismo não há Liberdade”, que compõe a campanha de gestão do CFESS “No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência”. Todas estas manifestações citadas apontam que o tema da questão racial está sendo gradativamente incorporado no seio da categoria profissional.

Além de todas as iniciativas mencionadas anteriormente, em 2013, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, que tem entre seus objetivos medir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares – incluiu em seu conteúdo programático, conforme no Art. 7º § VII “(...) Movimentos Sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários”.

Como última inserção oficial da temática racial na profissão, como já mencionado foi o 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, o qual, como resultado final foi o lançamento da campanha da Gestão CFESS-CRESS2017-20120 com o tema: “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

Cabe mencionar que todas as mudanças e ações destacadas são resultados do movimento de resistência de assistentes sociais ativistas do movimento social negro que, no interior da categoria profissional, não deixaram e não deixam de lutar pela superação das barreiras racistas existentes na estrutura da formação da sociedade brasileira, representada aqui por um segmento profissional.

### **A ABORDAGEM DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

O GERESS realizou um evento convidando docentes das faculdades de serviço social presenciais - da Capital e Grande São Paulo, no total de doze - a participarem de uma reunião que tinha como objetivo trocar experiências, verificar os entraves, os avanços e desafios no trato das questões raciais referentes ao serviço social e as abordagens das relações étnico-raciais durante a formação e a atuação profissional.

Dessas, compareceram sete, duas localizadas na Grande São Paulo. Um docente era do sexo masculino e negro e as demais eram todas mulheres negras.



As falas revelaram que na formação profissional a temática racial é desenvolvida em disciplinas diversas. Alguns trabalham na disciplina de Psicologia Social, outros na disciplina de Movimentos Sociais, outros ainda nos Seminários Temáticos.

Percebeu-se, tal como afirmamos anteriormente em relação aos núcleos de fundamentos, a possibilidade de, na formação profissional, temas como raça/etnia, gênero e sexualidade, poderem ser discutidos por diversos ângulos, de forma transversal e não apenas em uma única disciplina. Outra fala mencionou a dificuldade das/os alunas/os se apropriarem da complexidade da questão racial uma vez que esta temática, geralmente, é tratada apenas no último período do curso, momento em que as preocupações ficam voltadas, quase que exclusivamente, para a elaboração dos TCC's.

De acordo com as falas percebe-se, como aponta (Lima, 2014, P.58):

“A todas essas inquietações, de caráter mais geral, soma-se ainda a preocupação com a forma como tem se dado, nos cursos presenciais em Serviço Social no Brasil, as discussões e estudos relacionados às temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual. Temas que a nosso ver são considerados menos importantes no processo de formação profissional, uma vez que tem se dado nos últimos períodos dos cursos e, quase sempre de forma eletiva. Desta forma os discentes de Serviço Social deixam de conhecer uma mediação importante na compreensão e explicação da questão social.”

A falta de estímulo sentida pela/o aluna/o para investigar temas voltados para a questão étnico-racial também foi mencionado. Muitas vezes a/o aluna/o que pretende abordar este tema em seu TCC desiste e o substitui por ser levado a entender que sua escolha não é relevante para o serviço social.

Essa fala pode demonstrar algumas contradições na formação. Se por um lado se discute a temática racial, por outro não se estimula a pesquisa, a investigação. A criação em 2009, dos grupos temáticos da ABEPSS, em especial o GT que trata das temáticas “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual”, pode ser a médio e longo prazo uma grande contribuição no incentivo a pesquisa nos temas considerados ainda irrelevantes para a profissão.

Outro ponto mencionado foi a prática racista nos campos de estágio. De forma geral, a demanda usuária dos serviços é composta pela maioria de pretas/os ou pardas/os, fato esse que não causa estranheza nos profissionais. Esse fenômeno que retrata a desigualdade racial, não tem nenhum significado para as profissionais e não é objeto de investigação, por exemplo. A obrigatoriedade do preenchimento do quesito

cor nas fichas de cadastro foi uma conquista do movimento negro. O quesito cor está presente, em especial, nos cadastros das áreas da saúde e da assistência social. O preenchimento já é rotineiro, porém os estagiários desconhecem a importância da coleta do dado, preenchem a ficha e revelam que, para alguns, fazer a pergunta “Qual é a sua cor?” causa constrangimento. Existe o silêncio, o vazio das análises críticas. O racismo pode se manifestar, também, na cultura institucional, nas normas e procedimentos. A cidade de São Paulo recebe muitos imigrantes e refugiados, em especial do Haiti e de alguns países africanos, depoimentos revelam que as instituições não estão preparadas para receber o “estrangeiro”, a dificuldade com os idiomas, os valores e comportamentos diferentes, geram intolerância por parte das/os profissionais, além de outros problemas relacionadas às relações interpessoais.

Dessa forma, os campos de estágio corroboram com a discussão do movimento negro sobre racismo institucional, que é definido pelo Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCR, 2007, p.15) como:

O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultados da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES

Nos referenciais teóricos do serviço social parece estar implícito o combate a qualquer forma de discriminação seja de raça, credo, gênero ou classe. No entanto, o caráter macro das reflexões e a formalidade da abstração não deixam transparecer de que forma é entendida e analisada a política de enfrentamento à pobreza que levem em conta estas diferenças e as desigualdades sociais construídas a partir delas.

Na formação profissional aprendemos a analisar a desigualdade social por meio da perspectiva centrada no materialismo histórico dialético, identificando que tais desigualdades estão articuladas às complexidades introduzidas pela dinâmica de inclusão e exclusão social inerente à estruturação do modo de produção capitalista.



Os indicadores sociais revelam que a desigualdade racial não é externa à desigualdade de classe, e sim, articulada desvelando uma hierarquização social apoiada no tripé classe, raça e gênero.

A partir da experiência adquirida durante os anos de existência do GERESS, bem como, das reflexões surgidas em todos os eventos promovidos, foi possível termos uma aproximação de como está a formação e a intervenção profissional no âmbito das questões colocadas.

A formação e a intervenção profissional são duas vias que podem contribuir para o combate e a eliminação do racismo, sexismo, homofobia, da discriminação de classe e de geração; entre tantos outros mecanismos de exclusão presentes na sociedade. Porém cabe salientar que para isso, tanto uma quanto outra, devem estar fortemente embasadas por debates, análises críticas, produção teórica, capacitação profissional e, o mais imprescindível, um projeto de sociedade.

Para finalizar, deixamos como sugestões: que a temática étnico-racial seja abordada desde o início do curso de graduação; que o tema seja estudado de forma transversal e à luz do projeto ético político profissional; que se incentive a investigação, a análise crítica da realidade com recorte étnico/racial, de gênero e classe; que haja articulação da temática referente ao racismo institucional na disciplina supervisão acadêmica com o intuito de se instrumentalizar o/a aluno/a para o combate a esse tipo de racismo. Essas são algumas ações no movimento de resistência que contribuirão para a equidade social e de fato para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS e o fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Disponível em: <[www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs\\_novembro\\_de\\_2009\\_Final.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs_novembro_de_2009_Final.pdf)>. Acesso em: 11.07.2014.

AMARO, S. A questão racial na assistência social: um debate emergente. In *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 81, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BARROCO, M. L.; TERRA, S. H. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.). *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra: Diversidade, Equidade e Igualdade: a questão racial na agenda do serviço*



social. Brasília: 20/11/2010. Disponível

em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/2010.11.20\\_CFESSManifesta\\_ConscienciaNegra](http://www.cfess.org.br/arquivos/2010.11.20_CFESSManifesta_ConscienciaNegra).

Acesso em: 14/07/2014.

\_\_\_\_\_. *CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra: Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial.* Brasília: 20/11/2011. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011\\_consciencia\\_negra](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_consciencia_negra)

Acesso em: 14/07/2014.

\_\_\_\_\_. *CFESS. Relatório da 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS.* Brasília: 10/09/2017. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>

Acesso em: 19/11/2017

*DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO*, n. 90 de 13 de maio de 2013, seção 1, p. 21, Portaria n.249 de 10 de maio de 2013

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *In Revista Serviço Social e Sociedade*, nº114, São Paulo: Editora Cortez, 2013.

FERREIRA, Camila M. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação/Mestrado

FILHO, J. B. da S. *O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira.* Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, Rua *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, São Paulo: Cortez e Celats, 1983.

JACCOUD, L. (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos.* Brasília: Ipea, 2009.

LEWGOY, A. M. B. *Supervisão de Estágio em Serviço Social: Desafios para a formação e o exercício profissional.* São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LIMA, R. de L. Formação Profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. *In Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 117, São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* 13ª edição, São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, E. A. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: Um estudo de sua relação com usuários negros.* São Paulo: Terceira Margem, 2003

PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL. Identificação e Abordagem do Racismo Institucional. Instituto AMMA Psique e Negritude (Org.). Publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD Brasil e Articulação para o Combate ao Racismo Institucional, 2007.

RIBEIRO, M. (org.). *As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012.



\_\_\_\_\_. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. In *Serviço Social e Sociedade*. Ano XXV, nº 79, 2004.

*Revista*

ROCHA, R. F. A questão etnicorracial no processo de formação em Serviço Social. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXX, nº 99, São Paulo: Cortez, 2009. YASBEK, M. C. 70 anos de profissão: fortalecendo o Projeto Ético Político do Serviço Social. *Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, Ano 1, n.1. Brasília: ABEPSS, 2006.

Recebido em outubro de 2017  
Aprovado em novembro de 2017

440